



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 13/09 SESSÃO ORDINÁRIA 28-09-2009

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines. -----

Início – 21:00 h -----

PRESENÇAS: -----

PRESIDÊNCIA: Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (C.D.U.) -----

1º Secretário: Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha (C.D.U.)-----

2º Secretário: José Eduardo Félix da Costa (C.D.U.) -----

Idalino Sabido José (P.S.)-----

Fernando Miguel Ramos(PS)-----

José Arcanjo Ferreira Costa (C.D.U.) -----

Francisco Pereira Venturinha (PPD/PSD)-----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (C.D.U.)-----

Paula Luisa Macedo Augusto Pereira (P.S.) (Substituição) -----

João Manuel Mexa (CDU)-----

Manuel Maria Dias Lampreia (P.S.) -----

Helena Margarida R.C. Sales (C.D.U.) -----

João Francisco Batista Craveira da Silva (P.S.)-----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (C.D.U.) -----

Micael Alexandre da Silva Raposo (PPD/PSD)-----

Fernanda Maria da Silva Duarte Moura (C.D.U.)-----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (P.S.) -----

João Manuel Damas (CDU) -----

Martinho José Fráguas Pinho (C.D.U.) -----

Carlos Manuel Jesus Salvador (P.S.)-----

Rui Manuel Fernandes Penas (C.D.U.) (Substituição) -----

José Manuel Guerreiro Arsénio (P.S.) -----

FALTAS:-----

Susana Cristina Nogueira da Silva (P.S.)-----

António Gonçalves Correia (C.D.U.) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES: -----

Presidente: Manuel Coelho Carvalho -----

Vereadora: Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos -----

Vereador: António José Nogueira de Almeida -----

Vereadora Carmem Isabel Amador Francisco -----

Vereador: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Albino Manuel André Roque -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Foi dado conhecimento através da Mesa da Assembleia Municipal das seguintes substituições -----

A Senhora Susana Cristina Nogueira da Silva, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 28-09-2009, sendo substituída pela Senhora Paula Luísa Macedo Augusto Pereira. -----

O Senhor António Gonçalves Correia, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 28-09-2009, sendo substituído pelo Senhor Rui Manuel Fernandes Penas. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1 – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. -----

2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água. -----

3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Município de Sines. -----

Antes da Ordem do Dia: -----

Actas: -----

Presentes as actas n.º 13/08, de 24-11-08, a n.º 02/09 de 26-02-2009, a n.º 09/09 de 19-06-2009, a 11/09 de 13-07-09 e a n.º 12/09 de 29-07-09, as quais foram aprovadas condicionadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Antes da Ordem do Dia: -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a oportunidade aos munícipes presentes e deputados municipais para usarem da palavra, tendo se registado as seguintes inscrições:

Senhor Rui Dias, informa que tem em seu poder um documento enviado pela Associação de Atletismo de Setúbal, o qual irá fazer chegar à Assembleia, onde está exarado que o regulamento da prova realizada em Porto Covo, no final das festas da aldeia, não foi aprovado pela referida associação e como tal não tem qualquer valor, tratando-se de uma prova ilegal. -----

Pergunta ainda se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve conhecimento de um edital publicado no Diário da República em que alterava o Plano de Urbanização de Porto Covo, porque na referida aldeia ninguém conhece a sua existência. -----

Senhor Manuel Lança, refere que a Câmara Municipal editou uma brochura sobre as actividades desenvolvidas durante os quatro anos de mandato, de 2005 a 2009. Porém há exactamente quatro anos foi editado também uma brochura idêntica, tendo na altura manifestado o seu desagrado por considerar que a referida edição funcionava como propaganda eleitoral, colocando as outras forças políticas concorrentes em desvantagem e com a agravante de ser custeada pela Autarquia. Recorda que na altura foi bastante criticado e por ironia do destino, agora é essa mesma força política, decorridos quatro anos, aquela que mais critica a tal publicação, porém considera que tem toda a legitimidade para o fazer, como também eram legítimas e justas as críticas por ele tecidas há quatros anos atrás. -----

Relativamente ainda à brochura, refere que esta inumera muitas obras, mas não consegue cobrir tudo, visto que ultimamente as obras desenvolvem-se a uma velocidade tal, que não couberam na referida brochura. Porém ainda falta executar algumas, nomeadamente os arranjos exteriores junto ao edifício dos Paços do Concelho que o Senhor Presidente ainda não conseguiu resolver, como também não resolveu o problema do acesso ao encalhe, a partir da rotunda da Administração do Porto de Sines e que o Senhor Presidente garantiu na última reunião da Assembleia Municipal fazê-lo em dois meses, porém continua na mesma. Realçou ainda a consolidação da falésia na descida da praia, a qual continua a ser suportada por tapumes em madeira já completamente degradados e que em nada dignifica a Câmara Municipal. -----

Salienta que o Senhor Presidente da Câmara emitiu um comunicado, chamando a atenção para a segurança da obra junto ao acesso à Cova do Lago e que concorda, embora preferisse que a estrada fosse balizada e não fosse necessário atravessar as estradas. -----

Alerta ainda para o problema da saída do Bairro 1º. de Maio, o qual continua a ser feito pelo passeio, pelo que considera uma ilegalidade. Recorda que foi deliberado, por unanimidade em reunião da Assembleia Municipal encerrar aquele acesso, mas a verdade é que o Senhor Presidente da Câmara contrariando a deliberação daquele órgão procedeu à abertura da passagem. Assim sendo questiona se eventualmente ocorrer ali um acidente quem assume os danos? Por outro lado a circulação de veículos ocasiona estragos nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
28-09-09

bancos supostamente ali colocados para laser, assim como danos nos candeeiros de iluminação pública. Sugere que o acesso seja feito junto ao Palácio Pidwell, porque ao ser efectuado junto a uma curva constitui um perigo enorme. -----

Faz uma chamada de atenção para a circulação do trânsito junto ao Centro de Artes, que por falta de sinalização adequada os veículos circulam em sentido contrário, isto é virando para a Rua da Alegria, pelo que solicita a colocação de um sinal de proibição para virar à direita. -----

Não havendo mais intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, afim de responder às questões apresentadas pelos munícipes. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à intervenção do Senhor Presidente do Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo, Senhor Rui Dias, explica que existiu troca de correspondência sobre a realização da referida prova, tendo sido esclarecido com o Clube que a prova iria ser realizada em parceria com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, tendo ocorrido normalmente e com êxito. -----

Refere que a Câmara Municipal, não age clandestinamente e não desrespeita a legalidade, porque existem tutelas, daí os devidos cuidados, pelo que não sabe exactamente ao que se refere. Solicita que seja mais explícito para que possa responder adequadamente. -----

Relativamente à segunda questão, explica que todas as alterações seguem os trâmites legais e cumprem os períodos de exposição pública de modo a que todos os interessados possam intervir. -----

Quanto à intervenção do Senhor Manuel Lança, explica que é prática comum das câmaras, no fim dos mandatos fazerem o presta contas que consiste em sintetizar tudo aquilo que foi efectuado ao longo do mandato. Refere que não sabe o que o incomoda mais, se é o volume de obras realizadas, ou se é o dinheiro gasto, que corresponde rigorosamente ao que foi executado, por isso não se sente incomodado, ou molestado com as críticas. -----

Sobre as duas obras apontadas, informa que as mesmas estão a concurso e que constam no relatório de actividades enviado à Assembleia Municipal, designadamente o arranjo do troço do encalhe, que não teve já o seu início devido à falta de disponibilidade dos empreiteiros nesta época do ano. Relativamente ao tapume existente na descida da falésia, refere que o mesmo é da responsabilidade de um particular e que a Câmara Municipal já devia ter insistido para que este executasse a obra. -----

Salienta que a rotunda provisória do IP-8, na zona da Costa do Norte está concluída e que a mesma se destina a evitar muitas sucessivas no local, bem como melhorar o acesso aquela zona. -----

Sobre o acesso ao Bairro 1º de Maio, refere que a Câmara Municipal já deveria ter procedido ao derrube do muro frente à casa de velórios para acesso ao referido bairro, pelo que considera justa a questão levantada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
28-09-09

Sobre a circulação do trânsito junto ao Centro de Artes, refere que desconhecia o que estava a acontecer, porém já tomou a devida nota e a fiscalização irá providenciar a solução da mesma. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondendo à questão do Senhor Presidente do Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo, refere que a Assembleia Municipal, não recebeu documentação alguma sobre a alteração do Plano de Urbanização de Porto Covo, contudo foi publicado em Diário da República uma decisão da Câmara Municipal que altera a localização do Pavilhão. -----

Senhor Deputado Rui Penas, refere que enquanto representante da Junta de Freguesia na Assembleia Municipal, gostaria de fazer uma pequena exposição sobre o trabalho da Junta e seu relacionamento com o executivo da Câmara Municipal, uma vez que se encontra no fim do mandato. -----

Começa por dizer que a proximidade política nem sempre é boa conselheira, afirmando que o órgão em questão beneficiou, ou talvez não, por durante muito tempo pertencer à mesma força política do executivo camarário e como tal seria natural existir uma maior proximidade de contacto, porém considera que este nunca beneficiou dessa proximidade e muito menos agora que a situação já não é a mesma. -----

Relativamente à proposta da Câmara Municipal, para atribuição de uma Medalha de Mérito ao A.T.L. – “A Gaivota”, garante que não houve por parte da Junta de Freguesia, nem do seu Presidente nenhuma hostilização ou afrontamento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Salienta ainda que existem questões que não ficaram resolvidas e sem juízos de valor pretende que a Assembleia Municipal tenha conhecimento, designadamente a questão que designa de “odisseia” da passagem do edifício da Junta de Freguesia para a sua legítima posse. Explica que o edifício onde funciona a Junta de Freguesia pertence ainda à Câmara Municipal, contudo foi intenção dos eleitos actuais, como doutros mandatos anteriores tentar resolver a situação. Recuando no tempo refere que a história do edifício em questão levou à barra dos tribunais homens de bem que apenas pretenderam construir o referido edifício para bem servir a população, tendo na altura alguns elementos da oposição, designadamente do Partido Socialista se disponibilizado para testemunhar em defesa do Presidente da Junta de Freguesia na altura, Senhor José Manuel da Silva. -----

Assim e atendendo à história do edifício considera que para além de considerar legítimo que o edifício seja pertença da Junta de Freguesia, foi também em termos simbólicos uma batalha de mandato. Salienta que há cerca de cinco anos, o Senhor Deputado José Arcanjo Ferreira Costa e Vereador na altura foi o mediador entre os dois órgãos autárquicos na tentativa de resolução do problema, tendo sido proposto a instalação da Junta de Freguesia no edifício técnico da Câmara Municipal, não tendo esta aceite. De seguida foi iniciado o processo jurídico e legal para a passagem das instalações para a sua legítima posse. Informa que o processo está concluído e volvidos quatro anos, permanece refém numa gaveta qualquer do Senhor Presidente da Câmara, quando efectivamente deveria ser levado a uma reunião de Câmara para legitimação do mesmo, de modo a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

reposta a justiça. Esta atitude leva-o a perguntar o porquê desse comportamento, quando até existiu um entendimento entre as partes promovido pelo Vereador na altura. -----

Explica que o edifício em questão foi durante bastante tempo ocupado por serviços da Câmara Municipal e nunca a Junta de Freguesia beneficiou de qualquer contrapartida adequada à utilização das salas. Informa que actualmente esse espaço destina-se a formação, constituindo uma forma de rendimento extra para o equilíbrio das suas contas, no montante de cerca de seis mil a dez mil euros por ano. -----

Relativamente ao edifício novo do ATL "A Gaivota", a Junta de Freguesia em 2001 e num mandato particularmente democrático inaugurou aquele edifício resultante do trabalho de três forças políticas, designadamente a CDU, o PS e o CDS, tendo sido desde essa altura solicitado apoio técnico à Câmara Municipal, no sentido do edifício passar para a posse da Junta de Freguesia, porém oito anos passaram e nada foi conseguido, perguntando também o porquê dessa realidade? -----

Sublinha que numa reunião realizada em Outubro de 2008 e que crê ter sido a única realizada durante o presente mandato entre os dois órgãos, foi deliberado protocolar delegações e competências, ou acordos de cooperação que até à data ainda não foi possível concretizar, embora dessa reunião tenha saído um grupo de trabalho para o efeito. -----

Ainda resultante dessa reunião também não foi encontrado até à presente data o acordo para transferir para a Junta de Freguesia os valores relativos ao apoio à família e já transferidos pela Direcção Regional de Educação para a Câmara Municipal, no valor aproximado de 20 mil euros. Afirma que também não foi encontrada solução para formalizar e legalizar a transferência de verbas do município para as freguesias, quando há trinta anos que a Junta de Freguesia através do ATL – "A Gaivota" presta e bem um serviço público e nunca foi encontrada pela Câmara Municipal forma para redigir um protocolo de apoio ao município para aquele equipamento social. -----

Informa ainda que dependente disso ficou suspensa uma verba no valor de 120 mil euros, respeitante aos duodécimos de Abril a Agosto e que só seriam transferidos para a Junta de Freguesia quando fosse celebrado o referido protocolo e que até à data ainda não houve disponibilidade e vontade para o realizar. -----

Refere que a Junta de Freguesia foi vítima de um acidente nas suas oficinas e a Câmara Municipal nunca se dignou perguntar se a instituição necessitava de alguma coisa. Considera que seria justo e de bom tom para alguém que é vítima de um incêndio que consumiu uma oficina equipada e uma carrinha avaliada em cerca de 25 mil euros, para servir a população, que lhe fosse dirigida uma palavra de apoio por parte da Câmara Municipal, mas nunca a teve. -----

Prossegue referindo que dada a ocorrência, a Junta tentou encontrar um imóvel que pudesse substituir a oficina, tendo o mesmo sido encontrado e esta chegado a acordo com o vendedor para aquisição do mesmo, porque a Junta estava capacitada em termos financeiros para investir no edifício, de forma a repor no presente mandato o património



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

que encontrou, designadamente uma oficina e uma carrinha, que foram perdidas aquando do incêndio. -----

De acordo com a lei, a Junta dirigiu-se à Câmara Municipal, solicitando autorização para proceder à aquisição do imóvel, contudo não obteve qualquer resposta. Salaria que poderá estar a cometer um erro terrível, mas dada a gravidade do assunto e porque a pessoa em causa o autorizou a fazê-lo, designadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, junto da Assembleia Municipal, pelo que passa a descrever o que se passou. ---

Afirma que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não só não respondeu à solicitação da Junta de Freguesia e do proprietário do armazém por escrito, como e segundo este terá dito o seguinte: "O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse-me para não vender o armazém à Junta de Freguesia, porque ele próprio se encarregaria de encontrar outro comprador", passando o processo para o Gabinete de Apoio ao Empresário. -----

Frisa que se tudo isto é verdade então existe uma gravidade enorme de relacionamento entre instituições, porque trata-se de uma tentativa de gestão de uma autarquia eleita em sufrágio universal pelos seus próprios eleitos. Explica que a pessoa em causa, não só autorizou a Junta de Freguesia a divulgar a situação, como está disponível para fazer o contraditório. -----

Continua referindo que já na reunião de Outubro de 2008, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito ao executivo da Junta de Freguesia que era uma irresponsabilidade comprar um armazém e uma carrinha. Frisa que não pretende com a presente exposição fazer "ataques políticos", porém é expectável por parte do executivo da Junta que a Câmara Municipal respeitasse o que tem nas Grandes Opções do Plano para 2009, o qual passar a ler: " rever as delegações de competências e respectivas transferências", questionando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, se foi assim com a Junta de Freguesia que preside? Porque com a Junta de Freguesia de Sines, até agora ainda não foi encontrado um protocolo, quer para as competências, quer para as transferências. -----

Frisa mais uma vez que não pretende "atacar" a Câmara Municipal, porque enquanto eleito pela Junta de Freguesia respeita o que é constitucional, nomeadamente a sua autonomia administrativa, financeira e política, porém não pode estar de acordo quando o município tenta gerir os destinos de um órgão, para o qual não foi eleito. -----

Finaliza referindo que não acredita que um município com as características de Sines, não tenha competências que possam ser delegadas numa freguesia com uma estrutura de trinta funcionários, distribuídos pela área administrativa e pela área da educação. Afirma que conhece outros exemplos e conhece acordos de outros municípios para com as freguesias, em que é possível a transferência e a delegação de competências. -----

Senhor Deputado Acácio Santos, felicita a bancada do Partido Socialista pela vitória alcançada nas eleições legislativas. Salaria que outro ciclo eleitoral se aproxima, pelo que não pode deixar de manifestar o facto dos cinco candidatos às eleições autárquicas com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

excepção de um serem naturais de Sines. Porém todos eles são candidatos com conhecimento profundo da realidade dos problemas de Sines e dos sinienses. -----

Tal cenário se tudo correr dentro da normalidade e os cinco candidatos assumirem as suas responsabilidades e compromissos, os sinienses poderão descansar sobre a eventual hipótese dos seus destinos ficarem à mercê de um qualquer paraquedista totalmente alheio e desconhecedor dos problemas reais de Sines e dos sinienses. -----

Espera que a campanha seja cívica e esclarecedora e que os candidatos apenas prometam aos sinienses aquilo que lhes podem dar. Não os enganem, porque eles saberão retribuir. Transmitam-lhes transparência, confiança e verdade, porque os sinienses sabem o que querem e quem querem para dirigir os seus destinos, como tal não lhes prometam um ferrari para no final lhes impingirem um fiat 600. -----

Aproveita a oportunidade para fazer as despedidas da casa que aprendeu a respeitar. Afirma que a experiência foi enriquecedora em conhecimentos legalistas e sociais. Afirma estar convicto que cumpriu e defendeu acima de tudo os interesses da população, muitas vezes em detrimento das opções políticas com os custos inerentes a esse facto, mas no computo geral pensa ter cumprido a sua missão. -----

Finaliza fazendo um reparo ao horário do início das reuniões, que segundo ele deveria ser para cumprir com rigor, porque os atrasos provocam o arrastamento das sessões e prejudica o trabalho dos órgãos da comunicação social, dado terem horários a cumprir. ----

Senhor Deputado João Mexa, refere que mais uma vez o acto eleitoral para as eleições legislativas correu dentro da normalidade, porém quer salientar a pouca importância que algumas forças políticas deram ao referido acto. -----

Salienta que não entende como se pode cantar vitória um dia depois das eleições, como o Partido Socialista o faz, depois de quatro anos a praticar uma política desastrosa para o povo português. Afirma que de facto o Partido Socialista ganhou as eleições, mas perderam votos que se traduziu na perda de dois deputados. Frisa que apesar do Partido Comunista Português ser a quinta força manteve o eleitorado, uma vez que tem a mesma percentagem. Obtiveram mais 30 mil votos e têm mais um deputado no distrito de Setúbal, considerando que os objectivos foram alcançados. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que tem um requerimento para apresentar à Assembleia Municipal, porém é dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual fica apenso à presente acta, passando-se a transcrever na íntegra: "Na qualidade de eleito desta Assembleia Municipal, apresento o seguinte requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines: -----

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines: -----

Ao abrigo do artº 25º, alínea g) do Regimento da Assembleia Municipal, requero a V. Exª. informação sobre o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Tendo o Senhor Vereador Albino Roque deixado de exercer as funções a tempo inteiro a partir de 27 de Janeiro de 2009, data a partir da qual passou a desempenhar as funções de técnico superior da Câmara Municipal de Sines; -----

Solicito me seja dada informação, bem como à Assembleia Municipal do trabalho desenvolvido por este quadro técnico desde aquela data até hoje; -----

Este pedido de informação prende-se com o facto de tanto eu, como vários trabalhadores da Câmara Municipal, estranhar-mos a permanente ausência desse funcionário no edifício da Câmara, onde tem gabinete disponível para o desempenho das funções que lhe foram distribuídas, facto que, a ser justificado, representará um completo desrespeito para com o Executivo Municipal, mas também perante todos os trabalhadores da Autarquia". -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra aos munícipes presentes, tendo-se registado a seguinte inscrição: -----

Senhora Maria Cristina Santa Bárbara, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Penas, esclarece que o mesmo se encontra na sala em representação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porém não comparece às reuniões do executivo da Junta de Freguesia e nada do que por ele foi referido foi discutido previamente em reunião do executivo, pelo que tudo o que foi proferido é da sua inteira responsabilidade. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pergunta se o Senhor Vereador Albino Roque tem alguma coisa a dizer sobre o requerimento apresentado pelo Deputado Ferreira Costa. -----

Senhor Vereador Albino Roque, responde que se o Senhor Presidente da Câmara Municipal quiser falar sobre o assunto, esclarecerá a situação, caso contrário dará a resposta por escrito. -----

Senhor Deputado Rui Penas, afirma que não irá discutir quem falta, ou não às reuniões do executivo da Junta de Freguesia, mas sim esclarecer que o Secretário Rui Penas tomou uma posição política, resultante não da saída do Senhor Presidente da Câmara Municipal, assim como de outros vereadores do Partido Comunista Português, mas sim ausentando-se das reuniões do executivo enquanto não estivessem esclarecidas todas as posições políticas naquele executivo. Explica que o mesmo funciona por maioria, tendo sido eleito com uma maioria absoluta da C.D.U, nomeadamente cinco elementos, tendo a Senhora Maria Cristina Santa Bárbara há pouco tempo saído do Partido Comunista Português, permanecendo no executivo da Junta de Freguesia como independente. -----

Frisa que a posição política é da maioria da C.D.U. e tentar dizer que a decisão é resultante de uma reunião clandestina, não deverá estar a referir-se a nenhum dos eleitos da C.D.U. daquela freguesia. -----

Esclarece que o que fez foi pedir esclarecimentos junto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sines, que é o responsável hierárquico por aquele órgão, afim deste o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
28-09-09

elucidar sobre o que considera ser uma confusão de identidades políticas num órgão de maioria absoluta. -----

Refere que a resposta a esta tomada de posição surgiu dois meses depois por iniciativa da Senhora Maria Cristina Santa Bárbara, a qual se encontra registada em acta e só nessa altura, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia o contactou, assim como o responsável da força política que o elegeu, tendo de seguida retomado a assiduidade nas reuniões. ----

Relativamente às faltas refere que por motivos profissionais é obrigado a faltar, porque muitas vezes a distância inviabiliza a sua presença nas reuniões. -----

Informa ainda que foi o substituto legal do Presidente da Junta durante as férias deste a meio tempo e quando faltavam dois dias para a entrega das listas, dois elementos do Movimento Sim questionaram a democracia daquele órgão na assinatura da declaração de capacidade eleitoral quando todas as forças políticas foram tratadas de igual modo pela Junta de Freguesia. Explica que no dia anterior a esse episódio encontrava-se ausente, porque estava a trabalhar no norte do País, tendo sido informado pelas funcionárias quando regressou, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia tinham pressionado as funcionárias, no sentido de ser a Tesoureira da Junta a assinar a referida declaração de capacidade eleitoral, mesmo não sendo a substituta legal do Senhor Presidente, nem ser detentora de competências para o efeito. ---

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Penas, solicita que foram invocadas questões que se arrastam há anos, mas que não é por acaso que só agora atingiram tão grande dramatismo, porque convém, dado tratar-se da última reunião da Assembleia Municipal antes das eleições. -----

Esclarece que há muito tempo que se discute a transferência do edifício onde funciona a Junta de Freguesia para a sua posse, assim como edifício onde funciona o ATL – “A Gaivota” e que a situação em causa irá ser resolvida no próximo mandato. Salaria que o senhor deputado utilizou a palavra “odisseia”, quando se referiu à referida situação, considerando que deverá ser sua veia teatral a falar mais alto. -----

Prossegue referindo que no mandato anterior esteve na mesa das negociações a troca do edifício da Junta de Freguesia pelo edifício onde funcionou o ex-matador e agora edifício técnico da Câmara Municipal, tendo na altura esta colocado tantas exigências que não foi possível concretizar a troca. -----

No dia 22 de Outubro de 2008, houve uma reunião entre o executivo da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia para discussão da legalidade das transferências das verbas da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, instalação da oficina e a resolução da situação dois funcionários, assim como o protocolo para o pré-escolar. Tendo ficado acordado nessa reunião que o pré-escolar passaria para a gestão da Câmara Municipal, por questões de política de educação e por questões de racionalidade económica. Informa ainda que nessa reunião o Senhor Presidente da Junta sugeriu a criação de um grupo de trabalho e que o mesmo foi criado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Salienta que na mesma reunião, Senhor Vereador Albino Roque mostrou preocupação relativamente às ilegalidades, pretendendo que as referidas questões fossem resolvidas antes de terminar o mandato, considerando também que a educação deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Prossegue referindo que no dia 11 de Fevereiro de 2009, realizou-se outra reunião entre a Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia para tratar de questões pendentes entre os dois órgãos e da passagem do pré-escolar e CAF – Componente de Apoio à Família para a gestão da Câmara Municipal. -----

Relativamente à questão dos dois trabalhadores refere que a Câmara Municipal disponibilizou-se para assumir a responsabilidade dos dois funcionários que segundo o Senhor Presidente da Câmara Municipal encontram-se inactivos. Foi também decidido que a educação passaria para a Câmara Municipal, ficando sob a gestão da Junta de Freguesia o A.T.L. – “A Gaivota” e que nunca existiu preocupação por parte deste órgão para a criação de um protocolo de transferência de competências. -----

Sobre o incêndio na oficina da Junta de Freguesia informou que esteve no local a orientar o combate ao incêndio, tendo a Câmara Municipal tratado das questões relacionadas com o seguro, no sentido deste proceder à respectiva indemnização, nomeadamente o valor da carrinha -----

Frisa que a Câmara Municipal prestou sempre apoio financeiro ao funcionamento do ATL – “A Gaivota” e continua a fazê-lo. Sobre a questão da aquisição das instalações para a oficina da Junta de Freguesia, questiona e continua a questionar qual é a justificação daquele órgão ter uma oficina? Explica que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, no intuito de justificar a atribuição mensal de vinte cinco mil euros, sem protocolos e sem fundamentação, tentou inventar trabalhos sem nexos para a mesma realizar, tendo o Presidente da Câmara sugerido a realização de um protocolo na área social para justificar a atribuição das verbas, a exemplo do que é feito com a Junta de Freguesia de Porto Covo, em que os protocolos são actualizados regularmente para salvaguardar a defesa nas inspecções. -----

Refere que a Junta de Freguesia invocava que tinha cerca de trezentos mil euros, porém esse dinheiro adveio da demolição do salão de festas das Palmeiras, tendo sido a Câmara Municipal que negociou na altura com a Apiparques – Gestão de Parques Empresariais, S.A., para que esta indemnizasse a Autarquia para construção de outro salão, nomeadamente a recuperação do salão do Bairro da Provença, mas até à presente data nada se fez. -----

Salienta que para se adquirir uma instalação na ZIL 2 deverá existir uma boa justificação para o fazer. Esclarece que o superficiário pretendia vender o armazém e foi-lhe transmitido que os procedimentos passam pela avaliação do Gabinete de Apoio ao Empresário e que o processo deveria ser tratado dessa forma e não de outra. -----

Prossegue referindo que a Junta de Freguesia pode fazer os negócios que entender, mas ao optar por uma instalação na ZIL 2, a Câmara Municipal tem sempre o direito de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

preferência, porém nunca se interpôs, nem interpõe para qualquer entidade, desde que justificada, pelo que não irá falar mais sobre a questão, porque compreendeu perfeitamente o teatro que foi montado e aconselha que o mesmo seja montado para a campanha eleitoral, porque existe mais tempo e público para o efeito. -----

Finaliza referindo que é lamentável o que se passou e que tudo o que foi referido assemelha-se mais com uma comédia do que a um drama, pelo que aconselha mais seriedade na colocação das questões, referindo que escolheu mal o alvo, assim como os temas, ou então quis tratá-los de uma forma ofensiva. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, salienta que em nome de todos os Senhores Deputados da Assembleia Municipal volta a afirmar que a Assembleia Municipal, não é uma coisa qualquer. Na Assembleia Municipal, não existem farsas, nem comédias e os Senhores Deputados têm toda a liberdade de trazer à Assembleia Municipal os assuntos que entenderem. Têm todo o direito de questionar a Câmara Municipal relativamente às suas políticas e às suas orientações, não tendo que ser apelidados de farsantes, nem que comediantes, mas sim de Deputados, porque é o seu único designio. --

Senhor Deputado Rui Penas, relativamente às ilegalidades refere que na sua intervenção mencionou que não se tratava só de uma preocupação da Câmara Municipal, mas também da Junta de Freguesia e que a ilegalidade não acontecia só porque a Junta de Freguesia recebia dinheiro que não estava protocolado, pelo que se trata de uma ilegalidade transversal a todos e que aquele órgão pretendia resolver. -----

Esclarece que não pretendeu com a sua intervenção fazer um comício político, apenas agiu no âmbito das funções para o qual foi eleito. Afirmando que foram questões resultantes de quatro anos de mandato, do qual se despede e que pretendeu que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento. -----

Se é comediante, farsante, idiota, comunista, ou não, nunca deverá ser uma apreciação pessoal digna de um Presidente de Câmara, porque o Deputado Rui Penas nunca fez nenhuma apreciação pessoal, limitou-se apenas a constatar factos e nada mais. Como também é um facto que o Senhor Presidente da Câmara Municipal impossibilitou a aquisição de instalações para a oficina da Junta de Freguesia, não deixando o processo avançar, quando se tratava da vontade de uma Autarquia eleita em sufrágio universal e autónoma a nível financeiro e a nível administrativo. -----

Relativamente à questão do seguro da oficina, refere que esta estava segurada, porém a Câmara Municipal quando reviu toda a política de seguros deixou de fora a oficina da Junta de Freguesia e não informou ninguém. Salienta que a carrinha estava segurada, não existindo seguro da oficina, nem das ferramentas. -----

Sobre a afirmação do Senhor Presidente da Câmara ao apelar de inactivos e improdutos os dois funcionários da Junta de Freguesia, leva-o a questionar se conhece a produtividade de todos os funcionários da Câmara Municipal, porque ele conhece muito bem a produtividade dos funcionários da Junta de Freguesia de Sines. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
28-09-09

Relativamente aos 140 mil euros recebidos da Apiparques, refere que o Sr. Presidente sabe muito bem que na administração pública, não é permitida a consignação de receitas, portanto o que está exarado no protocolo entre aquele órgão e a referida empresa é o seguinte: "(...) poder substituir esta estrutura no Bairro Novo da Provença por uma estrutura idêntica". Afirmando que poder não significa obrigatoriamente, porque não existe consignação de receitas na Administração Pública. -----

Senhor Deputado Idalino José, Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Mexa, afirma que como este não consegue apagar o fogo na sua própria casa, tenta incendiar a do vizinho. Explica que se o Deputado em questão leu o comunicado verificou que se trata de um agradecimento aos eleitores que votaram no Partido Socialista, nada mais que isso. -----

Reconhece que o seu Partido perdeu votos em Sines, mas o povo é soberano e há que respeitar a sua decisão. -----

Não havendo mais intervenções no período de antes da ordem do dia, passou-se à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

Ponto N.º 1 – “Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Senhor Deputado Idalino José, solicitou esclarecimentos relativamente aos valores globais e finais das despesas do Festival das Músicas do Mundo. Questiona ainda se a adjudicação para a realização do troço junto ao encalhe considerou o perfil existente no Plano de Pormenor da zona sul/nascente, porque na altura ficou definido que quando fosse executado o referido troço, este teria o perfil de avenida, no intuito de valorizar aquela zona, porém e dado o valor apresentado para a adjudicação, designadamente 38 mil euros, parece-lhe escasso para o que está previsto realizar. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Idalino, refere que os custos estimados para o Festival Músicas do Mundo rondavam os 700 mil euros, contudo ainda não foram apuradas devidamente todas as despesas, assim como as receitas provenientes do mesmo. Afirmo que foi o maior festival de sempre, contando com a presença de cerca de 90 mil pessoas. Salaria que o mesmo teve uma repercussão impressionante na vida de Sines, deixando cerca de 4 mil euros para o comércio local. Afirmo que é interessante que nenhuma força política no seu programa eleitoral tenha assumido a realização do festival. -----

Sobre a questão da estrada do encalhe, explica que a avenida está incluída no loteamento, não sendo obrigação da Câmara Municipal executá-la e que a Autarquia de momento pretendeu resolver o problema de cerca de 300 metros de terra batida que constituíam problemas de segurança a quem por ali circulava. Afirmo que posteriormente e quando o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

promotor concluir o loteamento será executada uma via com perfil de avenida, de forma a resolver o problema da fluidez de trânsito. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que estava convicto que se tratava de uma situação definitiva, mas pela intervenção do Senhor Presidente constata que se trata ainda de uma solução provisória, decorridos seis anos a circular por um troço repleto de buracos.

Considera que a escassos dias das eleições autárquicas, não faz muito sentido optar por soluções provisórias, porque no fundo são "remendos". Segundo ele deve-se aguardar pela eleição do novo executivo de forma a não sujeitá-lo às despesas da construção provisória e posteriormente arcar também com a responsabilidade da demolição para se proceder posteriormente à construção definitiva. Finaliza afirmando que esta prática não é uma boa gestão, porque nunca se deve trabalhar sob a base do faz de conta. -----

Sobre a questão dos esgotos refere que alertou várias vezes na Assembleia Municipal para não se cair no erro de fazer a captação nas amarelas e depois trazê-la para baixo, porque corre-se o risco de poluir a zona sul. Finaliza referindo que se deverá encontrar soluções definitivas, de forma a que não sejam executadas hoje e demolidas amanhã. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, explica que não sabe quanto tempo o promotor vai levar ainda para executar a avenida, por isso decidiu fazer a obra depois das eleições, caso seja eleito, para resolver o problema da circulação do trânsito naquela zona. -----

Relativamente à rotunda provisória da via rápida da costa do norte, explica que a mesma constitui uma solução expedita para a resolução do problema das multas sucessivas, assim como dos acidentes naquela zona. -----

Senhor Deputado Carlos Salvador, questiona se é verdade a deslocalização do mini campo de jogos do Bairro do Farol para a Avenida da Paz. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à deslocalização do mini campo de jogos, refere que o mesmo não obteve o resultado pretendido e que se tinha tornado num foco de conflitos, ao ser literalmente invadido por pessoas residentes em Vila Nova de Santo André com comportamentos completamente desajustados, incomodando todos os moradores daquela zona. Consequentemente os residentes solicitaram a substituição daquele equipamento por outro, o qual irá ser feito com a criação de um equipamento mais adequado às crianças e equipamentos destinados à ginástica de laser. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, refere que após a intervenção do Deputado Rui Penas ficou a saber que o Senhor Presidente da Câmara é especialista em desmanchar negócios. Porém durante a campanha do Partido Socialista através do contacto com a população constatou também que o mesmo é especialista em contra-informação. Pelo que convém clarificar a posição do Partido Socialista sobre o Festival das Músicas do Mundo, passando de seguida a ler um excerto do Boletim do Partido Socialista que diz o seguinte: "O reforço da aposta do Festival de Músicas do Mundo será um dos objectivos do Partido Socialista, acompanhado pela realização de outros eventos que distribuídos ao longo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

ano irão atrair mais visitantes ao concelho e proporcionar aos que aqui vivem mais eventos de qualidade". -----

Sublinha que não está em causa essa matéria, tratando-se apenas de uma pergunta que o Senhor Presidente não respondeu, nomeadamente os custos globais do referido festival. ---

Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarece que não disse isso, mas sim que à excepção do Partido Social Democrático e que ainda não conhece o programa eleitoral, todas as outras forças políticas defendem a realização do Festival Músicas do Mundo. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, relativamente ao esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, afirma que se foi isso que quis dizer, então enganou-se porque ele ouviu precisamente o contrário. -----

Senhor Deputado Idalino José, questiona se a estrada de Morgavel/Porto Covo que está adjudicada inclui o troço até ao concelho de Odemira. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, responde que a referida estrada não está adjudicada, encontra-se sim em fase de lançamento de concurso. Informa que a Câmara Municipal esteve à espera da aprovação da candidatura e quando esta foi aprovada, o projecto estava concluído até ao limite do concelho. Por uma questão de gestão de verbas, dado existirem na candidatura cerca de dois milhões de euros, numa primeira fase será lançada a empreitada para a Estrada Morgavel/Parreira/Porto Covo e numa segunda fase será lançada a empreitada da estrada Parreira e limite do concelho. Termina referindo que espera que a candidatura seja reforçada. -----

Senhor Deputado Idalino José, salienta que dada a situação de endividamento da Câmara Municipal e ao conjunto de investimentos que estão em curso, assim como aqueles que se irão iniciar brevemente, questiona se existe um plano de investimento a médio prazo, porque normalmente esse plano faz-se na altura da candidatura. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que pode ficar tranquilo, porque o dinheiro irá surgir. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida ao ponto seguinte: -----

Ponto Nº. 2 – “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Município de Sines”. -----

Senhor Vereador Nogueira, relativamente ao regulamento refere que o que foi alterado foram os escalões de consumo. Salienta que os escalões foram aprovados há 4 anos pela Assembleia Municipal, sendo os mesmos iguais para todos os municípios. -----

Refere que uns cumpriram e outros não. Face a isso a Câmara Municipal entendeu colocar os escalões como estavam anteriormente à aprovação, adequando-os também à nova lei que irá estar em vigor sobre o consumo de água. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Refere que essencialmente é a mudança nos escalões, porque os consumidores que passam do 2º escalão para o 3º escalão são bastante prejudicados, considerando que o novo enquadramento de escalão é mais justo. -----

Senhor Deputado Carlos Salvador, refere que antes os metros cúbicos eram pagos ao mesmo preço, mas como agora existem três escalões, solicita esclarecimentos sobre a matéria. -----

Senhor Vereador António Nogueira, esclarece que se por exemplo existir um consumo de seis metros cúbicos, o consumidor paga cinco metros cúbicos pelo valor do primeiro escalão e paga um metro cúbico pelo valor do segundo escalão. -----

Frisa que a presente actualização faz com que os valores sejam mais justos. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que atendendo aos valores, um consumidor normal, isto é que tenha um consumo até 15 metros cúbicos de água, passará a pagar mais 30 ou 40 por cento, passando de 47 cêntimos para 69 cêntimos. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que o sistema em análise é mais justo e equilibrado do que aquele que se está a praticar. -----

Senhor Vereador António Nogueira, explica que no sistema actual os consumidores que gastassem 15 metros cúbicos pagavam 7,05 euros e no sistema novo irão pagar 8,40 euros, porque é a transição, mas quem tiver um consumo de 17 metros cúbicos irá beneficiar. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que atendendo à explicação quem menos consome e normalmente são os que têm menores rendimentos são os mais penalizados, logo não faz sentido. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, explica que todas as famílias carenciadas beneficiam de um desconto de cinquenta por cento nos consumos. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que se estivermos perante um agregado familiar composto por 6 pessoas, ou 2 pessoas com um contador, significa que fazendo a média as famílias numerosas são mais penalizadas, porque o princípio da equidade não se aplica ao presente regulamento. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, responde que a questão não reside no número de elementos das famílias, mas sim na situação económica de cada uma dessas famílias e que isso será levado em conta. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sugere um intervalo de cinco minutos para permitir aos senhores deputados ponderarem sobre a matéria em questão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, salienta que após análise do regulamento constata que quem tem um consumo na ordem dos 12 a 15 metros cúbicos e correspondente a um consumidor normal paga mais. Quem consome acima dos 16 metros cúbicos paga menos, pelo que sugere que o assunto baixe à Comissão Especializada do Ambiente e Administração do Território, para que esta verifique em detalhe se os valores apresentados penalizam, ou não aqueles que consomem menos. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que como todos os Senhores Deputados sabem, foi aprovada a constituição de uma empresa de Águas para o Litoral Alentejano e Baixo Alentejo e que o único município que não aderiu até agora foi o de Sines. Explica que essa empresa irá fixar num futuro próximo uma tarifa única para todo o Alentejo na ordem dos três ou quatro euros, parecendo-lhe descabido e despropositado estar a discutir centimos por metro cúbico quando num futuro próximo a água tem que ser paga de acordo com aquilo que custa aos municípios. Informa ainda que a referida empresa irá ser gerida pelas Águas de Portugal. -----

Finaliza referindo que não vê qualquer inconveniente em aprovar o regulamento em causa, mas também se ficar para o próximo executivo também não coloca objecções. O que considera inoportuno é estar a discutir centimos por metro cúbico atendendo à situação futura. -----

Senhor Deputado Sidónio Salgado, refere que é uma incoerência estar a aprovar regulamentos a dias das eleições autárquicas, considerando que o mesmo deveria ser analisado pela Assembleia Municipal resultante do próximo acto eleitoral. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que se deverá ter em conta a situação económica actual e estar a alterar tarifas que possam vir a afectar ainda mais o rendimento das pessoas, não lhe parece ser a forma mais correcta dada a situação de crise económica que se vive no momento. Sugere que as tarifas sejam melhor analisadas, independentemente dos centimos a mais, ou a menos. -----

Senhor Deputado Carlos Murta, refere que a situação actual é mais onerosa e injusta para os consumidores, pelo que considera que o referido regulamento deveria ser submetido à votação. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que se a votação for adiada será um alívio para ele, porém salienta que não existe nenhum argumento válido para isso, porque existe um estudo feito pelo Senhor Engenheiro Pedroso e pelo Engenheiro Pedro Martins bem fundamentado do ponto de vista técnico, relativamente à matéria. -----

Senhor Deputado José Félix, refere que efectivamente existem deputados que demonstram estar devidamente informados, mas ele pessoalmente não está. Salienta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existe um estudo técnico sobre a matéria, considerando que tinha sido útil que o mesmo tivesse acompanhado o referido regulamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que o regulamento em análise está concluído há meses e que o mesmo esteve em discussão pública, mas ninguém apresentou qualquer sugestão ao mesmo. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta da Mesa que consiste em que o Regulamento baixe à Comissão Especializada do Ambiente e Administração do Território, afim de ser submetido a uma análise mais rigorosa, de forma a que as famílias não sejam mais lesadas, tendo sido a mesma aprovada, por maioria com o seguinte resultado: -----

Resultado da Votação: -----

C.D.U.: 11 votos a favor. -----

P.S.: 7 votos a favor. -----

PPD/PSD: 2 votos a favor. -----

C.D.U.: 1 voto contra. -----

P.S.: 1 voto contra. -----

Membro Independente: 1 abstenção. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, apresentou uma declaração de voto, argumentando que a Comissão Especializada do Ambiente e Administração do Território não dispõe de especialistas para analisarem a matéria em causa. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que serão requisitados especialistas para o fazer. -----

Ponto Nº. 3 - "Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Município de Sines. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao executivo da Câmara Municipal, afim de proceder à apresentação do referido ponto. -----

Senhor Vereador António Nogueira, refere que o presente regulamento surge na sequência do Regulamento analisado anteriormente e uma vez que foi deliberado que este baixa-se à Comissão Especializada do Ambiente e Administração do Território, o regulamento de drenagem de águas residuais deverá nesse caso baixar também à referida Comissão Especializada. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, atendendo que os dois regulamentos estão interligados, baixam ambos à Comissão Especializada do Ambiente e Administração do Território. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

28-09-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra aos munícipes presentes: ---

Senhora Josefina Espadinha, Esclarece que estava a falar com a sua colega de bancada e a dada altura riu-se, tendo esse facto coincido com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, tendo o mesmo se sentido ofendido, porém frisa que a referida situação nada teve a ver com o que foi dito pelo orador em causa. -----

Salienta ainda que essa atitude não prejudicou os trabalhos, mas ainda assim se houvessem reparos a fazer, estes seriam da responsabilidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nunca do orador. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da sessão, eram 0.30 horas do dia 30-09-09. -----

Dos trabalhos desta sessão e para que conste, foi elaborada a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia que a subscreveu. -----

Sines, 30 de Setembro de 2009. -----

O Presidente da Assembleia

Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco

O 1º Secretário

Carlos Alberto do Carmo Costa Espadinha

O 2º Secretário

José Eduardo Félix da Costa